

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
REQUERIMENTO N.º ___ DE 2026

(Do Senhor Alexandre Lindenmeyer)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os impactos econômicos, industriais, energéticos e regionais decorrentes do processo de desinvestimentos da Petrobras e seus reflexos sobre a capacidade de coordenação estratégica do Estado brasileiro.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, inciso III, e arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública para debater os resultados econômicos, industriais, energéticos e regionais decorrentes do processo de desinvestimentos da Petrobras e seus reflexos sobre a capacidade de coordenação do Estado brasileiro.

Para tanto, indicamos os seguintes convidados:

- Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - Roberto Furian Ardenghy;
- Presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - Venilton Tadini;



- Ex Diretor de Exploração e Produção da Petrobras - Guilherme Estrella;
- Ex Presidente da Petrobras Biocombustível - Miguel Soldatelli Rossetto;

Justificativa

Entre os anos de 2016 e 2022, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras realizou processo de desinvestimentos que alterou sua estrutura operacional e sua atuação na economia nacional. Nesse período, foram alienados ativos, nos setores de refino, transporte e distribuição de gás natural, distribuição de combustíveis, fertilizantes, biocombustíveis, energias renováveis, logística e produção de petróleo, além da descontinuidade de projetos vinculados à indústria naval, à petroquímica e à expansão da capacidade de refino e fertilizantes.

As medidas adotadas foram justificadas, à época, pela necessidade de redução do endividamento da companhia, concentração de investimentos no pré-sal e ampliação da concorrência em segmentos do setor energético. Entretanto, os efeitos econômicos, industriais, energéticos e regionais decorrentes desse processo demandam avaliação pelo Poder Legislativo, especialmente no âmbito da competência fiscalizatória desta Comissão.

A Petrobras desempenhou papel central relevante como empresa de exploração e produção de petróleo e também na coordenação econômica, política industrial, desenvolvimento tecnológico, integração regional e segurança energética. Sua atuação abrangia cadeias ligadas ao refino, gás natural, fertilizantes, biocombustíveis, indústria naval, engenharia e energias renováveis, com resultados sobre investimentos, inovação tecnológica, geração de empregos e fortalecimento de fornecedores nacionais.

A alienação de ativos, a reorganização de cadeias operacionais e a redução da presença da estatal em determinados segmentos suscitam questionamentos acerca dos resultados sobre a capacidade do Estado brasileiro de formular políticas industriais, energéticas e de desenvolvimento econômico.



Além dos resultados patrimoniais, o tema envolve questões como:

- segurança energética;
- infraestrutura estratégica;
- dependência externa de fertilizantes;
- capacidade de refino;
- preços dos combustíveis;
- desenvolvimento regional;
- transição energética;
- cadeias produtivas nacionais;
- capacidade tecnológica e industrial.

O debate também se relaciona ao contexto internacional contemporâneo, marcado pela adoção de políticas industriais, pela centralidade da energia nas relações internacionais, pelas discussões sobre segurança energética e alimentar e pelos investimentos em transição energética e tecnologias de baixo carbono.

Nesse contexto, considera-se pertinente que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promova debate sobre os resultados do processo de desinvestimentos da Petrobras, com a participação de especialistas, ex-dirigentes, pesquisadores e representantes institucionais ligados ao setor.

A presente Audiência Pública busca contribuir para a avaliação dos efeitos econômicos, industriais e institucionais dessas medidas, bem como para o debate acerca do papel da Petrobras no desenvolvimento econômico brasileiro, na segurança energética e na formulação de políticas públicas.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Parlamentares para aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, de Junho de 2026.

Deputado Federal Alexandre Lindenmeyer
PT/RS

